

ÉTICA ARISTOTÉLICA: FINALIDADE, PERFEIÇÃO E COMUNIDADE

ARISTOTELIAN ETHICS: FINALITY, EXCELLENCE AND COMMUNITY

Cláudio Eduardo Rodrigues*
claudio.eduardo36@gmail.com

Resumo: Este trabalho visa a analisar e compreender a ética aristotélica, relacionando os conceitos de finalidade, perfeição e comunidade adotados pelo filósofo estagirita na *Política* e na *Ética a Nicômaco*.

Palavras-chave: Aristóteles, ética, finalidade, perfeição, comunidade.

Abstract: In this work, I will search and analyze the Aristotle ethics, reporting the ideas of finality, excellence and community used by philosopher on *Politica* and *Ética a Nicômaco*.

Key words: Aristotle, Ethics, finality, excellence, community.

Introdução

Ao abordar a ética de Aristóteles, Tugendhat pontua as dificuldades de identificar o objeto de estudo na *Ética a Nicômaco*, salientando que a referida obra aristotélica não constitui uma ética propriamente dita no que se refere a uma análise das virtudes ou uma doutrina do caráter humano. Nas suas palavras:

Diferentemente do que ocorre no caso da *Fundamentação da metafísica dos costumes*, de Kant, não é de modo algum evi-

* Doutorando em Filosofia na Universidade Federal de São Carlos. Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

dente do que propriamente trata a *Ética a Nicômaco* de Aristóteles. Já indiquei anteriormente que a expressão “ética”, que em grego equivale a “doutrina do caráter”, é pouco elucidativa (p. 35), mas, do modo como Aristóteles explicita seu tema nos cinco primeiros capítulos do Livro I, sua posição parece clara. A questão é do supremo e abrangente bem para o indivíduo.¹

A partir desse ponto de vista, Tugendhat explicita que o foco de estudo da *Ética a Nicômaco* é direcionado à análise daquilo que os indivíduos procuram ao longo de suas vidas, a saber: a felicidade, caracterizando-a como um bem supremo e abrangente, isto é, como um fim último e que contém em si tudo aquilo que os indivíduos procuram em termos particulares e/ou específicos.

Por essa via, tende-se a considerar que a *Ética a Nicômaco* trata da moral – enquanto doutrina do caráter - de modo indireto ou subordinado à felicidade, visto que “a felicidade consiste no compreender-se moralmente”.² Em outros termos, a moralidade seria tratada por Aristóteles como meio para a realização humana. Consequentemente, Tugendhat considera que seria mais adequado chamá-las de virtudes de felicidade. Por isso, o intérprete afirma: “Até aqui parece, portanto, claro que o tratado aristotélico sob o título de ‘Ética’ não seria uma ética ou teoria moral, mas uma teoria da felicidade”.³

Mas, até que ponto a abordagem de Tugendhat não é realizada sob o ponto de vista kantiano? Isto é, em que medida essa consideração de que a moralidade é usada como meio para a realização humana não está impregnada de sua leitura da *Fundamentação da metafísica dos costumes* de Kant? Será que esse tipo de leitura da ética de Aristóteles está demarcada pela rejeição de Kant à ideia de moralidade fundada na felicidade como um fim?

¹ Tugendhat, E. *Lições sobre ética*, p. 239.

² Idem, p. 240.

³ Ibidem.

Ao criticar as interpretações da ética de Aristóteles, Zingano considera a relevância de se retomar a ética aristotélica como objeto de estudo que ofereça outra perspectiva de análise moral e extrapole o rigor e formalismo kantiano que tornara as regras morais semelhantes às leis da natureza, pois para Aristóteles, a deliberação moral deve ocorrer no momento em que se faz necessário agir para conquistar determinado fim.⁴

Neste sentido, embora Tugendhat pontue tais problemas acerca da ligação entre a moralidade e a felicidade na *Ética a Nicômaco*, torna-se pertinente analisar os conceitos de finalidade, perfeição, autossuficiência e comunidade política e das possíveis relações de interdependência entre eles tanto⁵ na *Ética a Nicômaco* como na *Política*, no sentido de se propiciar outra chave de interpretação desta filosofia.

Essa perspectiva de interpretação justifica-se, em primeiro lugar, pelo fato de que a ciência da felicidade é desenvolvida, como bem afirma Kury, como “assunto único [...] subdividido em duas partes: a primeira é a ética e a segunda é a política propriamente dita”.⁶ Em segundo lugar, podemos argumentar que na discussão sobre a finalidade da natureza e da ação humana, Aristóteles postu-

⁴ Zingano, M. A. A. Prefácio. In: Hobbus, J. *Eudaimonia e auto-suficiência em Aristóteles*, p. 9.

⁵ Embora não nos seja possível discutir e aprofundar a análise dos diversos conceitos abordados na ética aristotélica, concordamos com Höffe quanto a existência de um conjunto de conceitos importantes para a compreensão da teoria da ação em Aristóteles, tais como os conceitos de bem, melhor, direito, justo, hábito, em que a felicidade é o conceito central ou princípio da moral (Cf. Höffe, O. *Aristóteles*, p. 191). Da mesma forma, é importante destacar a análise das diversas interpretações da ética de Aristóteles feitas por Hobbus, bem como as suas contribuições para o esclarecimento e demonstração da interdependência entre os conceitos de felicidade e perfeição na ética aristotélica. Hobbus, J. *Eudaimonia e auto-suficiência em Aristóteles*, p. 42.

⁶ Kury, M. G. Introdução. In: Aristóteles, *Pol.*, p. 7.

la que o que há de melhor para o ser humano é a realização do seu fim em uma comunidade política e o relacionamento com os demais de sua espécie. Em outros termos, as ideias de perfeição e autossuficiência estão ligadas à ideia de felicidade por serem consideradas pelo autor estagirita a finalidade e os objetivos para qual tendem as ações humanas que, por fim, não podem ser realizados por indivíduos isolados e sim por intermédio da convivência amiga entre os indivíduos.

Nessa perspectiva, este trabalho pretende compreender, de modo preliminar, a ética aristotélica em si mesma, isto é, sem a intermediação de teorias éticas elaboradas noutros períodos históricos, verificando as relações entre finalidade, vida comunitária, perfeição e autossuficiência humana, atendo para os meandros que subjazem essas relações e as delimitações éticas suscitadas pela filosofia prática de Aristóteles.

I Finalidade e perfeição humana

Segundo Aristóteles, a natureza é formada de tal modo que todas as coisas presentes nela, bem como ela própria, tendem a um fim,⁷ a um objetivo que lhe confere perfeição. E por essa perfeição o filósofo estagirita entende aquilo que é completo, ou seja, aquilo que não remete a nenhum outro tipo de ordenamento e que não carece de complemento.⁸

Em torno dessa questão da centralidade e ênfase do tema da finalidade na ética de Aristóteles, Philippe⁹ parte da ideia de que o pensador estagirita desenvolve uma filosofia humana em que a felicidade é o tema central, visto que ela é o centro unificador da natureza humana e de ordenamento frente à multiplicidade de fins

⁷ Cf. *Pol.*, 1253 a 5-15; *EN*, 1094 a 1-5.

⁸ Cf. *EN*, 1097 a 25-35.

⁹ Cf. Philippe, M. *Introdução à filosofia de Aristóteles*, p. 41-42.

que os seres humanos podem reconhecer e escolher.¹⁰ Da mesma maneira que Perini considera que a questão central da ética aristotélica seja voltada para a investigação de qual é o bem mais elevado que pode ser colocado como fim, aquilo para qual o ser humano foi feito.¹¹

Tais interpretações apoiam-se no fato de que a teoria aristotélica sustenta um finalismo para a natureza, visto que na natureza tudo é criado com um propósito ou um objetivo definido e exato.

No que se refere às coisas humanas, Aristóteles também considera que as ações dos seres humanos tendem a uma finalidade fixada pela natureza e circunscrita racionalmente pelos indivíduos. Uma finalidade boa que permite ao ser humano realizar sua função natural para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades racionais e corpóreas.

[...] a natureza de uma coisa é o seu estágio final, porquanto o que cada coisa é quando seu crescimento se completa nós chamamos de natureza de cada coisa, quer falemos de um homem, de um cavalo ou de uma família. Mais ainda: o objetivo para o qual cada coisa foi criada – sua finalidade – é o que há de melhor para ela, e a auto-suficiência é uma finalidade e o que há de melhor.¹²

Originado da natureza, o ser humano nasce com uma finalidade que deve ser realizada com as qualidades infundidas em seu ser pela própria natureza, tendo-se em vista que além de estabele-

¹⁰ Hobbes aponta para a dificuldade de delimitação do conceito de felicidade em Aristóteles, chamando a atenção, principalmente, para o debate acerca do caráter da mesma como bem dominante, ou seja, absoluto ou perfeito ou se ela seria um bem inclusivo, isto é, decorrente de outros bens visualizados pelos indivíduos. Hobbes, J. *Eudaimonia e auto-suficiência em Aristóteles*, p. 14-15; 17-18.

¹¹ Cf. Perini, M. Quatro lições sobre a ética de Aristóteles, p. 12-13.

¹² *Pol.*, 1253 a 5-15.

cer um fim para tudo, a natureza também garante os meios adequados para a execução do mesmo.

Muito embora, os meios ou qualidades naturais oferecidos aos seres humanos sejam apenas coisas potenciais, inacabadas e sem uma forma absoluta.

Exige-se do ser humano o constante exercício daquilo que a natureza oferece em forma de potência para que seu caráter tome uma forma efetiva e aperfeiçoada.

Verifica-se que entre a finalidade última do ser humano – tornar-se perfeito – e a condição que a natureza lhe proporcionou, há um abismo que deve ser superado, uma dívida que deve ser resgatada para consigo mesmo e o “per-fazer” formal do caráter. Há a necessidade suprema na vida humana de, pelo próprio esforço, conferir à sua existência uma complementação daquilo que lhe falta: atingir a perfeição.

Consequentemente, a vida dos indivíduos deve estar fundamentada no constante empreendimento prático de escolhas adequadas e de ações boas que rompam as barreiras que impedem a sua realização como humano e ser autossuficiente.

Na medida em que as ações dirigem-se a um fim, o caminho percorrido pelo ser humano na execução de uma boa ação encaminha-se para algo perfeito, uma vez que a finalidade é condizente com algo acabado, delimitado, logo, algo bom.

O interesse humano em realizar a sua finalidade coincide imediatamente com a efetivação de algo preciso por intermédio daquilo que a natureza infundiu em cada indivíduo desde seu nascimento. Tornar-se perfeito implica a conformação e realização daquilo que a natureza demarcou, moldando o caráter humano segundo as tendências naturais, segundo suas próprias potencialidades.

Se o ser humano deve ajustar-se aos limites da natureza, completar aquilo que lhe falta para sua realização enquanto ser, a

sua função situa-se, naturalmente, em encontrar o Bem ou a Felicidade, tornando-se um ser perfeito.¹³

A natureza determina que a função única e finalidade do ser humano remetem à conquista do Bem que, enquanto fim último e extremo, não remete a nenhum outro fim e, por isso, é algo delimitado, completo e perfeito.¹⁴ Por conseguinte, o que os seres humanos almejam ao procurar o Bem e agir, nada mais é que a busca de algo perfeito e suficiente.

Compreende-se que, pela finalidade estabelecida pela natureza, o ser humano é “condenado a ser feliz”, a encontrar a perfeição que a natureza lhe inseminou desde o seu nascimento. Muito embora, as pessoas possam confundi-las com outros fins e meios intermediários, causando discussões sobre o que é realmente a felicidade. Fato que conduz o ser humano a afastar-se de seu fim último e a recair numa vida cheia de infortúnios.¹⁵

As pessoas não nascem felizes, sábias, perfeitas pelo fato da natureza lhes conceder potencialidades e qualidades naturais. Pelo contrário, elas são desprovidas e carentes daquelas virtudes. Elas devem ser conquistadas pela prática humana de ações boas, pois são objetos motivadores para suas ações, tanto como causa motora quanto causa final.

Acerca da passagem da potência para o ato e da conquista dos objetivos finais do ser humano, Aristóteles expressa na *Ética a Nicômaco* e na *Política* que há uma relação íntima entre o Bem desejado pelo indivíduo e o Bem almejado pela comunidade.

Ora, se ambos – indivíduo e comunidade – tendem a um mesmo fim, cabe indagar que objetivos são esses e quais as relações entre os indivíduos e a comunidade, para que se compreendam

¹³ Cf. *EN*, 1097 b 20-30; 1098 a 1-15.

¹⁴ Cf. *EN*, 1094 b 1-10.

¹⁵ Cf. *EN*, 1095 a 15-30.

solidamente quais são as funções de cada um dentro da perspectiva finalista adotada por Aristóteles.

II – As relações entre comunidade e felicidade humana

A cidade ou comunidade política, constituindo-se em algo maior e mais complexo que os indivíduos, tende a um fim perfeito, maior, supremo e nobre.¹⁶ Por essa via, indivíduo e cidade possuem uma identidade de tendências que se resumem em configurar e conquistar a perfeição pela ação constante e pelo raciocínio que propiciam aos seres humanos meios de transformarem as suas potencialidades em ato.

Mas, então, se o Bem supremo, perfeito, nobre é o fim último do comportamento das pessoas e da existência da cidade, em que consiste esse Bem?

Aristóteles considera que esse bem nada mais é que a felicidade, concebendo-a como o fim último que levam todos os seres humanos a investirem suas forças¹⁷ e pela qual se tornam seres sociáveis, colocando-se em comum acordo.¹⁸

¹⁶ Para Lopes a cidade é a causa final das outras formas de associações humanas, já que o indivíduo, a família e a aldeia apenas concorrem em realizar os fins, da mesma forma que ela aponta que a cidade não é a reunião de indivíduos interessados em satisfazer suas necessidades vitais. A cidade é em sua interpretação o compartilhar daquilo que é justo e o bem e de seus opostos. Cf. Lopes, M. *Ação ética e virtude cívica em Aristóteles*, p. 22-23. Da mesma forma, Philippe considera que Aristóteles não se contenta em analisar os fins postos para o ser humano enquanto indivíduo, singularidade, pois o compreende como ser comprometido com a comunidade política que se volta para o bem comum, considerando a cidade mais perfeita que o indivíduo. Cf. Philippe, M. *Introdução à filosofia de Aristóteles*, p. 88.

¹⁷ Cf. *EN*, 1097 a 15-25; *Pol.*, 1253 a 10-15; 1332 a 25-30.

¹⁸ Cf. *EN*, 1097 b 5-15.

A busca de um fim extremo, isto é, a felicidade, traz consigo a exigência de que os resultados alcançados por intermédio da ação envolvam a harmonia entre a boa vida a ser angariada e a boa condução dos comportamentos por parte de quem os empreendem.

A felicidade é uma dádiva ou resultado final que implica uma constante conjugação de qualidades morais e bom senso que permitem, às pessoas e à comunidade, compreenderem e fixarem os fins últimos para cada um, bem como os meios para sua conquista.¹⁹

Frente essas considerações questiona-se: a partir de que e como o ser humano pode efetivamente tornar-se perfeito? Isto é, como as pessoas podem dar feição ao seu ser potencial?

A expressão final de Aristóteles para a realização do ser humano encontra-se na constante e efetiva atividade, pelo fazer ou ação empreendida no dia-a-dia que lhe permite atualizar aquilo que a natureza proporcionou de forma primária e inacabada.

A conjugação das experiências vividas ao longo do tempo com o desenvolvimento das capacidades de julgar e conhecer, aliado com o empreendimento constante de boas ações conduz o ser humano ao seu fim, à realização de sua função como ser humano, tornando-o, por acréscimo à sua natureza e pelo hábito, um ser virtuoso.

Perfeição, portanto, não é fruto da inatividade e da estagnação humana e sim do seu esforço.²⁰ Sem ação não há realização e atualização do ser humano e o máximo que se conquista é a maldição e o escárnio, pois quem não consegue realizar-se plenamente, seja por deficiências corpóreas, intelectuais ou de caráter, jamais será digno de reconhecimento moral.²¹

¹⁹ Cf. *EN*, 1102 a 5-35 – 1103 b 1-10.

²⁰ Cf. *EN*, 1099 b 15-25.

²¹ Cf. *EN*, 1100 a 1-10.

Traçadas as finalidades, o ser humano passa a ação para a concretização plena de seu fim e a conquista da perfeição. Ao se esforçar e agir o ser humano molda, completa, instrui-se e encontra o gosto da conquista de sua finalidade, “pois aquilo que constitui o prêmio e a finalidade da virtude se nos afigura o que de melhor existe no mundo, algo de divino e abençoado”.²²

Deve haver a constante consonância entre as capacidades da alma e as do corpo para que as pessoas atinjam aquele fim posto pela natureza. Pelas primeiras, fixa-se o fim último a ser conquistado, o alvo da vida e também os meios para angariá-lo. Por intermédio das potências corporais, o ser humano coloca em prática seus planos como meio para tornar real seu fim e a sua perfeição. Com os fins e os meios em mente, resta saber se eles satisfazem somente a pessoa que os planeja, enquanto indivíduo, ou se estão em consonância com os desejos dos demais indivíduos.

Para Aristóteles, a realização da perfeição não é objeto exclusivo de uma só pessoa, ou seja, de um indivíduo. Ela depende do acordo comum entre os seres humanos, pois o fim fixado por uma pessoa deverá, necessariamente, esbarrar no fim estabelecido por outra pessoa, causando vários problemas e conflitos.²³

Aristóteles concebe que o isolamento é típico dos animais selvagens e dos deuses. Assim, o ser humano diferencia-se dos outros animais pela necessidade da vida comunitária e pela interação das pessoas em prol do bem comum. Nas palavras de Aristóteles na *Política*:

Estas considerações deixam claro que a cidade é uma criação natural, e que o homem é por natureza um animal social, e

²² *EN*, 1099 b 10-20.

²³ Neste sentido, Morrall considera que a felicidade é o objetivo a qual todos os indivíduos tendem e buscam realizar fazendo bom uso de suas potências. Contudo, ele salienta que a felicidade e a auto-suficiência dependem da vida comunitária conjunta, isto é, da interconexão entre a vida individual e comunitária. Cf. Morrall, J. B. *Aristóteles*, p. 50.

um homem que por natureza, e não por mero acidente, não fizesse parte de cidade alguma, seria desprezível ou estaria acima da humanidade (como o “sem clã, sem leis, sem lar”, de que Homero fala com escárnio, pois ao mesmo tempo ele é ávido de combates), e se poderia compará-lo a uma peça isolada do jogo de gamão. Agora é evidente que o homem, muito mais que a abelha ou outro animal gregário, é um animal social. Como costumamos dizer, a natureza nada faz sem propósito, e o homem é o único entre os animais que tem o dom da fala. Na verdade, a simples voz pode indicar a dor e o prazer, e outros animais a possuem (sua natureza foi desenvolvida somente até o ponto de ter sensações do que é doloroso ou agradável e externá-las entre si), *mas a fala tem a finalidade de indicar o conveniente e o nocivo, e, portanto também o justo e o injusto; a característica específica do homem em comparação com os outros animais é que somente ele tem o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto e de outras qualidades morais, e é a comunidade de seres com tal sentimento que constitui a família e a cidade.*²⁴

Nessa perspectiva, o fim determinado por uma pessoa deve levar em consideração as outras pessoas que a cerca e suas ações devem ser excelentes, de modo que os efeitos delas sejam benéficos para o conjunto da comunidade e garantam a realização e o bem de todos.

Cidade e indivíduo estão em consonância no que tange a finalidade posta pela natureza. A cidade favorece a realização da perfeição, à efetivação do bem comum e da autossuficiência das pessoas que a compõem.

Comunidade política e indivíduo diferenciam-se em suas funções, pois o papel do ser humano é angariar a perfeição e a tarefa da cidade é conduzir as pessoas à realização de ações nobres que lhes permitam atingir o fim extremo por intermédio da determinação do que é correto ou não realizar. Sobre essa ideia diz Aristóteles na *Ética a Nicômaco*: “[...] Ora, como a ciência política utiliza as de-

²⁴ *Pol.*, 1253 a 10-30.

mais ciências, e, por outro lado, legisla sobre o que devemos ou que não devemos fazer, a finalidade dessa ciência deve abranger as das outras, de modo que essa finalidade será o bem humano”.²⁵

A comunidade política é o *locus* onde se formula fins racionais, perfeitos e nobres, assim como é o lugar onde a prática de ações boas e nobres torna os seres humanos felizes, perfeitos. Assim, a conquista dessa condição pelos seres humanos torna-os reconhecidos e louvados pelos membros da comunidade em todos os tempos.²⁶

Quando as ações das pessoas promovem resultados excelentes para o conjunto dos membros da comunidade, sendo são reconhecidas como nobres e virtuosas, pois demonstram a harmonia entre os fins estabelecidos por cada pessoa e as finalidades fixadas pela comunidade. Por isso, a realização de fins perfeitos e condizentes com a vida comunitária por alguma pessoa fixa na lembrança dos membros da comunidade o exemplo de ações perfeitas e de caráter humano, devendo ser seguido pelas demais pessoas.²⁷

Pela prática de ações nobres os seres humanos adquirem virtudes. Dentre outras qualidades morais, eles tornam-se justos pelo exercício de ações justas, moderados ao agir moderadamente. Nas palavras de Aristóteles, “[...] É preciso, pois atentar para a qualidade dos atos que praticamos, porquanto da sua diferença se pode aquilatar a diferença de caracteres [...]”.²⁸

Na medida em que os seres humanos se tornam virtuosos pela ação e pelo hábito, mais eles se aproximam da perfeição, encaminhando-se para o fim último que a natureza reserva-lhes, tornando-se felizes, pois sem ação jamais será possível alcançar tão nobre condição.

²⁵ *EN*, 1094 b 5-10. Conferir também *Pol.*, 1252 a 1-10.

²⁶ Cf. *EN*, 1101 b 1-35.

²⁷ Cf. *Pol.*, 1325 b 40-65.

²⁸ *EN*, 1103 b 20-25.

A realização humana e a felicidade dependem exclusivamente das pessoas no que tange ao desempenho ativo das suas capacidades mentais e corpóreas, voltando-as inteiramente para o conhecimento e realização daquilo que a comunidade indica como caminho correto, justo e nobre e do fim extremo do ser humano.

À cidade, como espaço primordial e necessário para vida humana, compete delimitar o que é bom e válido para a conquista da perfeição humana em seu conjunto e, para tanto, incentivar as pessoas, desde a infância, a praticarem ações nobres.²⁹

A finalidade traçada pela totalidade das pessoas que vivem em comunidade é mais nobre que o fim estabelecido por um só indivíduo, já que na cidade os seres humanos acordam-se, por necessidade, em viver conjuntamente e a interagirem em favor da efetivação do bem comum.³⁰

Ora, o bem comum é mais nobre e perfeito por que propicia a todos o direito de participar das conquistas e não somente a um único indivíduo, uma vez que a cidade garante às diferentes pessoas uma igualdade de qualidade que lhes permitem participar efetivamente de seu destino.³¹ Com base nesse ponto de vista, a cidade será responsável pela prescrição dos meios para que os seres humanos realizem boas ações e, conseqüentemente, sejam bons e perfeitos.³²

Conclui-se com essa ideia que o fim estabelecido por cada indivíduo deve estar em consonância com os fins elaborados por

²⁹ Cf. *Pol.*, 1281 a 25-40.

³⁰ Alguns intérpretes enfatizam que pelo fato do ser humano não ser, por natureza, auto-suficiente, a amizade constitui-se no princípio norteador das relações humanas, gerando reciprocidade. Conferir Morrall, J.B. *Aristóteles*, p. 54; Lopes, M. *Ação ética e virtude cívica em Aristóteles*, p. 68; Philippe, M. *Introdução à filosofia de Aristóteles*, p. 88-89.

³¹ Cf. *Pol.*, 1261 b 5-25.

³² Cf. *EN*, 1099 b 25-30.

outros de maneira que não criem conflitos intermináveis entre eles. A mediação das finalidades individuais, na visão de Aristóteles, está a cargo da comunidade política perfeita. Ela fixa quais são os verdadeiros e mais nobres fins para o conjunto dos indivíduos que nela vivem, determinando quais os comportamentos são bons para se alcançar os fins, bem como os meios apropriados para a sua realização. Em outros termos, criam certos códigos éticos e hábitos que intentam fixar certa regularidade no comportamento dos seres humanos, gerando-se uma “vida conforme as qualidades morais e provida de meios suficientes para a prática de ações moralmente boas”.³³ Tais códigos visam fazer com que o comportamento humano atenda as exigências de uma vida perfeita e, conseqüentemente, saia do campo da contingência para se tornar uma ação universal.³⁴

Além do exercício das potencialidades naturais, a realização da pessoa humana como ser perfeito exige a mediação das relações entre os indivíduos que vivem em uma comunidade política, permitindo ao ser humano angariar, pelo hábito, uma forma de vida distinta daquela que a natureza lhe infundiu em sua origem.

Na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles assegura que o ser humano apenas se torna perfeito e virtuoso na medida em que age e valesse do exercício das capacidades naturais a ele dadas. Por isso ele deve atualizá-las constantemente de modo bom e excelente, pois “[...] é preciso juntar ‘numa vida completa’. Porquanto, uma andorinha não faz verão, nem um dia tampouco; da mesma forma um dia, ou um breve espaço de tempo, não faz um homem feliz e venturoso”.³⁵

Assim, como uma única andorinha não faz verão por estar sozinha ou praticar vôos isolados, o ser humano isolado não atinge sua perfeição ao praticar atos nobres sozinho, pois ela, a perfeição

³³ *Pol.*, 1323 b 40-45.

³⁴ Cf. *EN*, 1094 b 5-15.

³⁵ *EN*, 1098 a 10-20.

deve ser a finalidade comum dos seres humanos e praticada em conjunto por todos eles.

O último intento do ser humano e a melhor forma de vida não remetem ao individualismo, mas ao todo que deve, em seu conjunto, chegar à perfeição.³⁶ Isto é, a cidade deve ser, enquanto totalidade das partes, formada por indivíduos – que são partes – com qualidades morais, pois assim o conjunto da cidade também terá tal qualidade moral. Nas palavras de Aristóteles: “pois, mesmo que os cidadãos possam ter qualidades morais coletivamente sem as ter individualmente, é preferível que eles as tenham individualmente, pois as qualidades morais de cada indivíduo resultam nas qualidades morais de todos”.³⁷

Se todas as coisas tendem a um fim último e a cidade é a forma extrema e final de organização e de vida, muito superior a família e outros tipos de sociedade, logo, para Aristóteles, a comunidade política é a expressão máxima de acabamento a qual todos os indivíduos devem convergir para encontrar sua autossuficiência e perfeição.³⁸

Considerações finais

A perspectiva aristotélica de que a natureza propiciou uma finalidade intrínseca para todas as coisas permite concluir que o ser humano é um ser, naturalmente e em primeira instância, destinado à felicidade e à perfeição.

No entanto, há coisas que a natureza não supre ao ser humano, a exemplo da vida ética que lhe confere um bom caráter. Este é produto forjado ao longo do tempo, deve ser conquistado

³⁶ Cf. *Pol.*, 1323 a 25-40.

³⁷ *Pol.*, 1323 a 25-40.

³⁸ Cf. *Pol.*, 1353 a 30-40.

pelo exercício habitual de bons comportamentos a favor da comunidade. Por essa via, o ser humano adquire algo que não estava contido em sua natureza primária, tornando-se virtuoso e um ser moral, e, por conseguinte, um ser feliz e perfeito.

Assim, ao valorizar a atividade, a ética aristotélica permite ao ser humano a atualização de seu ser potencial criado pela natureza e aponta para a necessidade das pessoas promoverem a passagem do ser primário, inacabado e imperfeito para outro ser, agora finito e perfeito. Entende-se dessa maneira que a ética de Aristóteles demonstra que a realização do ser humano se concretiza pela prática ou hábito ético que se fundamenta nos seguintes requisitos: a) uma racionalidade ou virtude intelectual que encontre, fixe e sustente fins últimos e que não admite a infinidade de fins intermediários; b) a verificação de meios de ação adequados aos fins estabelecidos; c) a conformidade primordial do fim particular de cada indivíduo aos fins delimitados pela comunidade política; d) a execução efetiva e constante de bons e nobres comportamentos determinados pela racionalidade.

Em resumo, tal teoria visa apresentar o ser humano como ser ativo, realizador da passagem do ser para o dever ser, essencialmente pela prática constante de ações boas. Uma ética que, em consonância com a finalidade, quer chamar a atenção do ser humano para a coerência entre o fim último estabelecido e as ações que cada um realiza, pois somente as boas ações poderão conduzir a um fim bom e supremo, portanto, nobre e bom.

Bibliografia

ARISTÓTELES. *Política*. Trad. Mário da Gama Kury. 3 ed. Brasília: UnB, 1997.

_____. *Ética a Nicômaco*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).

HOBBUS, João. *Eudaimonia e auto-suficiência em Aristóteles*. Pelotas: UFPel, 2002.

HÖFFE, Otfried. *Aristóteles*. Trad. Roberto Hofmeister Pich. Porto Alegre: Artmed, 2008.

KURY, Mário da Gama. Introdução. In: ARISTÓTELES. *Política*. Trad. Mário da Gama Kury. 3 ed. Brasília: UnB, p. 5-11, 1997.

LOPES, Marisa. *Ação ética e virtude cívica em Aristóteles*. 2004. 140 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MORRALL, John B. *Aristóteles*. Trad. Sérgio Duarte. 2 ed. Brasília: UnB, 1985. (Coleção Pensamento Político).

PERINI, Marcelo. *Quatro lições sobre a ética de Aristóteles*. São Paulo: Loyola, 2006.

PHILIPPE, Marie-Dominique. *Introdução à filosofia de Aristóteles*. Trad. Gabriel Hibon. São Paulo: Paulus, 2002.

TUGENDHAT, Ernest. *Lições sobre ética*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ZINGANO, Marco. Prefácio. In: HOBBUS, João. *Eudaimonia e auto-suficiência em Aristóteles*. Pelotas: UFPel, 2002.